



Dezembro/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Psicologia

Nome do Candidato

Caderno de Prova '17', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: pib.socioambiental.org. Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
- (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em
- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:
- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...**como eles**, **têm** aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será
- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente
- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão “política indigenista” foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.

A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.

A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.

A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.

A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.

Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.

Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.

Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. “Justiça e direitos: a construção da igualdade”. In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,
- (A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.
- (B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.
- (C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.
- (D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.
- (E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.
-
10. *Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...*
- O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:
- (A) *Poucos deixariam de reconhecer na imagem...*
- (B) *Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo.*
- (C) *...e converte-se em um atributo do próprio homem.*
- (D) *... para se materializarem...*
- (E) *...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares.*
-
11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social... (atividades exercidas)*
- (B) *À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que... (integra-se)*
- (C) *...e o direito à resistência. (resistir)*
- (D) *...e do acesso à justiça... (tribunais)*
- (E) *Para terminar, volta à deusa Têmis... (evoco)*
-
12. *...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...
...questionar a desigualdade entre os indivíduos...
...um símbolo atravessou os séculos...*
- Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:
- (A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes
- (B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou
- (C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou
- (D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os
- (E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou
-
13. *A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.*
- O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de
- (A) conclusão.
- (B) finalidade.
- (C) causa.
- (D) temporalidade.
- (E) concessão.
-
14. A respeito da pontuação do texto, considere:
- I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após *lei*, no segmento *À lei igual para todos* (6º parágrafo).
- II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: *um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...* (1º parágrafo).
- III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após *individual*, no segmento *...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos*, pode ser suprimida. (5º parágrafo)
- Está correto o que se afirma APENAS em:
- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.
-
15. *...os supostos da modernidade (...) dependem, para se materializarem, da força do Judiciário...*
- O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:
- (A) *...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.*
- (B) *...carregando em uma das mãos uma balança...*
- (C) *O justo não é mais correspondente à função...*
- (D) *... e vive da desigualdade...*
- (E) *... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.*
-
16. Identifica-se ideia de **comparação** no segmento que se encontra em:
- (A) *Assim, os supostos da modernidade...*
- (B) *... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...*
- (C) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...*
- (D) *A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...*
- (E) *... para indivíduos que são desiguais na vida real.*
-
17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em
- (A) *...imponente figura feminina... (1º parágrafo)*
- (B) *...particularmente a liberdade e a igualdade... (7º parágrafo)*
- (C) *...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... (8º parágrafo)*
- (D) *... que constrói e busca a igualdade. (8º parágrafo)*
- (E) *...que tem valor em si mesmo... (3º parágrafo)*



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que

- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;">Resolução nº 006/2003 – TJAP</p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Na avaliação de um adulto, com suspeita de depressão, um psicólogo pesquisou no Manual das Escalas Beck e optou pela aplicação do

- (A) DTI.
- (B) BAI.
- (C) BES.
- (D) BDI.
- (E) DSE.

32. Um psicólogo incluiu em seu plano psicodiagnóstico, na avaliação de uma senhora de 40 anos, o *Teste de Apercepção Temática* – TAT. Seguindo o que o Manual de Henry A. Murray (Casa do Psicólogo, 2005) indica, selecionou para aplicação, dentre as 31 pranchas, 20 estímulos, perfazendo o total de vinte histórias, orientando-se pelos números e letras impressos no verso das pranchas, incluindo as que contêm apenas o número (universais) ou número seguido de

- (A) H.
- (B) R.
- (C) F.
- (D) M.
- (E) Z.

33. Segundo o Manual do HTP, comentários verbais sobre a capacidade artística, tais como “Nunca aprendi a desenhar” ou “Isto aqui está fora de proporção” são comuns, porém, quando excessivos, tais comentários indicam potencial para

- (A) constituição de um autoconceito favorável, especialmente se não houver tentativas para corrigir erros gráficos, sendo o indivíduo capaz de lidar com imperfeições.
- (B) bipolaridade, especialmente se não houver tentativas para corrigir sinais destrutivos nas imagens.
- (C) esquizofrenia, especialmente se não houver tentativas para corrigir falsas cognições a respeito da imagem gráfica criada.
- (D) depressão, especialmente se não houver tentativas para corrigir más interpretações.
- (E) patologia, especialmente se não houver tentativas para corrigir as falhas identificadas verbalmente.

34. Segundo a *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10*, o transtorno caracterizado por autodramatização, teatralidade, expressão exagerada de emoções, sugestionabilidade, afetividade superficial e lábil, busca contínua de excitação, sedução inapropriada em aparência ou comportamento, preocupação excessiva com atratividade física, corresponde ao Transtorno de personalidade

- (A) histriônica.
- (B) esquizoide.
- (C) antissocial.
- (D) ansiosa.
- (E) dependente.

35. Na terapia cognitiva, corresponde a identificar pensamentos automáticos e esquemas disfuncionais nas sessões de psicoterapia, de modo a ensinar habilidades para mudar cognições e fazer com que os clientes realizem exercícios planejados para expandir os aprendizados da terapia às situações do mundo real. Este processo é denominado

- (A) Conceitualização de caso.
- (B) Reestruturação cognitiva.
- (C) Questionamento socrático.
- (D) Identificação de erros cognitivos.
- (E) Exame de evidências.

36. Para Skinner, a ausência de qualquer recompensa reduz a probabilidade de que ação seja repetida, como ocorre com a punição; mas esta tende a gerar medo ou ansiedade e conseqüentemente um comportamento de

- (A) paralisia momentânea.
- (B) ataque.
- (C) fuga.
- (D) agressão.
- (E) superação.

37. A abordagem freudiana, ao focalizar o desenvolvimento humano, aponta que a libido se liga fortemente a pessoas ou imagens e reproduz determinado modo de satisfação, passando por fases. Quando a libido permanece organizada segundo a estrutura característica de uma das suas fases evolutivas, este processo é denominado

- (A) identificação.
- (B) paralisiação.
- (C) memorização.
- (D) fixação.
- (E) atraso.

38. Carl G. Jung considerava que arquétipos específicos têm um papel especial na formação da personalidade, dentre eles a persona, arquétipo cujo significado origina-se da palavra latina

- (A) “metanoia”.
- (B) “metáfora”.
- (C) “máscara”.
- (D) “medida”.
- (E) “mistura”.



39. Consta no *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, em seu Art. 21, que as transgressões dos preceitos do Código constituem infração disciplinar com a aplicação de penalidades, na forma de dispositivos legais ou regimentais, dentre elas, a
- (A) censura privada.
- (B) multa.
- (C) permissão do exercício profissional por somente 30 dias.
- (D) cassação de documentos.
- (E) prisão.
40. Quando necessário for, a um psicólogo, elaborar um parecer psicológico, deverá respeitar a Resolução nº 007/2003, que
- (A) indica quais laudos elaborados pelo profissional psicólogo precisam seguir normas éticas e técnicas regulamentadas pelo CFP e quais não necessitam.
- (B) propõe a preservação da liberdade do profissional psicólogo de escolher o formato a ser dado ao documento escrito, desde que mantenha a assinatura e carimbo, ao final.
- (C) orienta o profissional psicólogo na confecção de documentos decorrentes das avaliações psicológicas e fornece os subsídios éticos e técnicos necessários para a elaboração qualificada da comunicação escrita.
- (D) ensina sobre técnicas de escrita documental, para uso em situações em que o profissional psicólogo necessite comunicar resultados de sua avaliação psicológica.
- (E) menciona procedimentos considerados éticos ou não na situação de perícia psicológica em Saúde Mental, realizada pelo profissional psicólogo, como também o formato a ser dado ao texto documental, para despacho junto ao juiz encarregado do processo.
41. Sabe-se que o trabalho pode gerar estresse, concebido como o estado do organismo, após o esforço de adaptação, que pode produzir deformações na capacidade de resposta atingindo o comportamento mental e afetivo, o estado físico e o relacionamento com as pessoas. A explicação para a ocorrência do estado de estresse é, então, biológica e diz respeito à necessidade de adaptação ou ajustamento do organismo frente às pressões do meio com as quais este se depara. Neste contexto, a Síndrome Geral de Adaptação manifesta-se em três fases: 1. Reação de Alarme (diante de um agente agressor); 2. Resistência; 3.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna apresentada.
- (A) Término.
- (B) Aceitação.
- (C) Elaboração.
- (D) Exaustão.
- (E) Combate.
42. Trata-se de metodologia de investigação que permite identificar os efeitos do trabalho sobre a saúde mental, tendo como pressuposto a multicausalidade e a percepção de um homem, na qual fatores econômicos e sociais, além dos individuais, fazem parte da investigação. Esta metodologia de investigação deve ser interdisciplinar e reconstruir a totalidade significativa e resgatar a história. Esta abordagem propõe a percepção de um homem
- (A) sócio-histórico.
- (B) mente-ação.
- (C) organizacional-histórico.
- (D) tempo-contínuo.
- (E) pesquisa-ação.
43. João (35 anos) estava sendo avaliado por um psicólogo, que constatou que ele apresentava os seguintes sintomas: fadiga constante, distúrbios de sono, enxaquecas e diminuição do desejo sexual; falta de concentração, lentificação do pensamento, alterações de memória, impaciência, labilidade emocional, sentimento de solidão, baixa autoestima, desânimo e desconfiança; incapacidade para relaxar, incremento da agressividade, perda da iniciativa, irritabilidade e aumento do consumo de substâncias; perda do interesse pelo trabalho e até pelo lazer, absenteísmo e tendência ao isolamento. Apesar de João ter se dedicado muitos anos ao estudo e realizado altos investimentos financeiros para se preparar para atuar na sua área profissional, abandonou seu posto de trabalho, devido a conflitos com os demais membros de sua equipe. O psicólogo elaborou um laudo psicológico, sugerindo na conclusão que João apresentava sintomatologia relacionada a
- (A) TOC.
- (B) TEPT.
- (C) Burnout.
- (D) Bipolaridade.
- (E) Basicstress.
44. Dentre os estudiosos da Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, encontra-se Walton (1972), que se utilizou das contribuições das teorias do desenvolvimento humano, e apresentou seu trabalho, fundamentando um modelo de análise de experimentos, sob a ótica organizacional, composto por 8 categorias conceituais e seus respectivos critérios de QVT. Os critérios (ausência de preconceitos, igualdade, mobilidade, relacionamento e senso comunitário) correspondem à categoria denominada por Walton de
- (A) Integração social na organização.
- (B) Constitucionalismo na organização.
- (C) Trabalho e espaço total na vida do indivíduo.
- (D) Relevância social do trabalho.
- (E) Condições de trabalho seguras e saudáveis.
45. Em relação ao absenteísmo, se encontra na literatura mundial que o trabalhador que apresenta consumo excessivo de álcool, comumente realiza faltas não autorizadas, licenças por doença, faltas de curta duração, com ou sem comprovação médica, faltas por doenças vagas como resfriados, gripes e enxaquecas; faltas frequentes nas
- (A) quintas-feiras, já que três dias procurando disfarçar a adição ao álcool lhe são insuportáveis.
- (B) quartas-feiras, dado que fica difícil dar evolução às tarefas.
- (C) semanas após os fechamentos mensais, pois distancia-se do próximo pagamento.
- (D) terças-feiras, pois o terceiro dia da semana é perturbador ao trabalhador alcoolista.
- (E) segundas, sextas-feiras e nos dias que antecedem ou sucedem feriados.



46. O processo de seleção de pessoal busca solucionar dois problemas básicos: adequação do homem ao cargo e eficiência e eficácia do homem no cargo. Frente a esse fato, o processo seletivo deve fornecer não somente um diagnóstico, mas principalmente,
- (A) uma descrição de cargos e salários bem feita para ajustar essas duas variáveis.
 - (B) um parecer do perfil da saúde psicológica e mental do candidato a respeito dessas duas variáveis.
 - (C) uma aceitação incondicional do requisitante para com essas duas variáveis.
 - (D) um prognóstico a respeito dessas duas variáveis.
 - (E) dinâmicas de grupos para que se possa verificar a adequação comunicativa e o estado de saúde geral a ser aplicado pelo candidato para com essas duas variáveis.
47. Os primeiros trabalhos de McClelland se dedicavam à necessidade de sucesso e à necessidade de afiliação, consideradas importantes fontes de motivação no ambiente de trabalho. Trabalhos mais recentes tratam da necessidade de poder. Daí surgiram *insights* relativos ao comportamento dos líderes e seu impacto na sociedade. Um passo fundamental para retirar a conotação negativa do poder foi a distinção entre o poder socializado e o poder
- (A) personalizado.
 - (B) introjetado.
 - (C) projetado.
 - (D) democrático.
 - (E) autoritário.
48. O processamento da entrevista de seleção deve levar em conta dois aspectos – o material e o formal – que são intimamente relacionados. Pode-se afirmar que o conteúdo da entrevista constitui o aspecto
- (A) informal.
 - (B) formal.
 - (C) material.
 - (D) de maior relevância para a escolha do melhor candidato.
 - (E) principal para elaboração do laudo psicológico.
49. Na seleção de pessoas que devem trabalhar juntas ou conviver juntas é necessário levar em consideração os traços críticos descritos por Daniel Goleman como essenciais para a construção de equipes bem-sucedidas e para o alcance de objetivos de carreira. Esses traços são descritos como a capacidade de ter consciência de seus sentimentos e de saber usá-los; gerenciar seu temperamento; ser otimista e solidário e conseguir
- (A) administrar conflitos no ambiente de trabalho.
 - (B) autorregular-se emocionalmente quando tiver sua amígdala sequestrada.
 - (C) nomear sentimentos em momentos de estresse.
 - (D) desenvolver automotivação para o desenvolvimento profissional.
 - (E) empatia para com os sentimentos das outras pessoas.
50. Para medir eficiência do processo seletivo, deve-se levar em conta uma estrutura de custos. Os custos que incluem telefonemas, telegramas, correspondências, honorários de profissionais e de serviços envolvidos, anúncios em jornais e revistas, despesas de viagem de recrutamento, despesas com exames médicos de admissão, serviços de informação cadastral de candidatos, dentre outros, são denominados custos de
- (A) pessoal.
 - (B) operação.
 - (C) inclusão ao sistema.
 - (D) triagem.
 - (E) recrutamento.
51. Uma das desvantagens do método de avaliação de desempenho da escolha forçada é que
- (A) sua aplicação é simples demais.
 - (B) deixa o avaliador sem noção do resultado geral da avaliação.
 - (C) não consegue eliminar o efeito de generalização.
 - (D) não consegue eliminar o efeito de halo.
 - (E) sua aplicação não produz resultados confiáveis.
52. O método de comparação aos pares compara dois a dois empregados, e cada vez, anota-se na coluna da direita aquele que é considerado melhor quanto
- (A) à inteligência geral.
 - (B) ao potencial.
 - (C) às necessidades de carreira.
 - (D) ao desempenho.
 - (E) à inteligência emocional.
53. Um dos propósitos da entrevista de avaliação do desempenho é
- (A) informar de modo preciso se o funcionário tem ou não condições de permanecer na empresa.
 - (B) dar ao avaliado as condições de melhorar seu trabalho por meio de comunicação clara e inequívoca de seu padrão de desempenho.
 - (C) diagnosticar o potencial do colaborador visando remunerá-lo dentro dos padrões praticados no mercado.
 - (D) fornecer subsídios à empresa e ao mercado de como seus empregados são analisados por todos os *stakeholders*.
 - (E) disciplinar os empregados a compreenderem aquilo que realmente devem realizar em seus trabalhos.



<p>54. Os cientistas sociais, particularmente Maslow e Herzberg, salientam que se a organização for um ambiente capaz de satisfazer as exigências dos indivíduos, estes poderão crescer, expandir-se e encontrar sua satisfação e</p> <p>(A) autorrealização ao promover os objetivos da organização.</p> <p>(B) maior engajamento para oferecer os resultados solicitados pelo mercado de trabalho.</p> <p>(C) oferecer maior empatia quando expostos a satisfazerem as necessidades dos clientes.</p> <p>(D) manterem-se focados no trabalho atendendo às políticas de segurança e saúde profissional.</p> <p>(E) entregarem-se totalmente à busca de resultados desafiadores e de alta eficiência para com os empregadores.</p>	<p>57. No caso de uma força-tarefa criada em uma empresa para pesquisar a forma de conceder bônus às pessoas cujo desempenho no grupo se destacou, o vice-presidente sênior merecerá, por exemplo, mais respeito inicial do que um assistente de departamento pessoal, apesar de que este provavelmente terá mais conhecimento sobre sistemas alternativos de bônus e suas conseqüências. Quanto mais elevado o fator ambiente do <i>status</i> externo, tanto</p> <p>(A) menor será o <i>status</i> percebido inicial dos integrantes do grupo para com os integrantes externos ao grupo.</p> <p>(B) menor será o <i>status</i> interno inicial de um integrante do grupo.</p> <p>(C) mais igualitária e justa será a distribuição dos resultados, fazendo com que todos recebam o mesmo bônus.</p> <p>(D) mais alto o <i>status</i> interno inicial de um integrante do grupo.</p> <p>(E) maior a probabilidade de se trabalhar com conceitos de meritocracia focado somente nos resultados e não nas competências essenciais.</p>
<p>55. Um psicólogo organizacional desenvolveu um programa de Desenvolvimento Organizacional do tipo Grade Gerencial (Grid Gerencial) que foi elaborado respeitando seis fases: seminários de laboratório; desenvolvimento de equipes; reuniões de confrontação intergrupal; estabelecimentos de objetivos organizacionais; implementação através de equipes e</p> <p>(A) investigação apreciativa.</p> <p>(B) análise de dados.</p> <p>(C) avaliação de resultados.</p> <p>(D) análise de expectativas.</p> <p>(E) apreciação de indicadores qualitativos.</p>	<p>58. Quanto maior a diferenciação e a coesão de um grupo com normas que apoiem os objetivos da organização, mais alta tende ser</p> <p>(A) sua produtividade.</p> <p>(B) sua afiliação.</p> <p>(C) seu <i>status</i> percebido.</p> <p>(D) seu empenho.</p> <p>(E) suas competências.</p>
<p>56. Por estar com elevada rotatividade, uma empresa pediu ao psicólogo organizacional que efetuasse um diagnóstico para verificar as principais causas dos desligamentos. No diagnóstico apresentado, o psicólogo organizacional sugeriu à empresa que viesse a praticar a entrevista de desligamento como fonte de pesquisa para obter maiores informações sobre as causas que levariam um colaborador a pedir demissão ou a vir a ser desligado. Em linhas gerais, a entrevista de desligamento procura investigar os seguintes aspectos: motivação do desligamento e opinião do funcionário sobre sua visão da empresa; o cargo que ocupava na organização; seu chefe direto; seu horário de trabalho; as condições físicas ambientais dentro das quais desenvolvia seu trabalho; os benefícios sociais concedidos; seu salário; relacionamento humano existente na seção em que trabalhava; oportunidades de progresso que sentiu dentro da empresa; moral e atitude de seus colegas de trabalho e</p> <p>(A) a prática de condutas de politicagem aplicadas pelos investidores.</p> <p>(B) satisfação dos clientes quanto ao trabalho que realizava.</p> <p>(C) mecanismos financeiros praticados pela organização.</p> <p>(D) boas práticas de sustentabilidade aplicadas pelo mercado.</p> <p>(E) oportunidades que encontra no mercado de trabalho.</p>	<p>59. No modelo da Janela de Johari, uma área livre muito reduzida pode significar</p> <p>(A) facilidade para operar numa comunicação assertiva.</p> <p>(B) extroversão e facilidade em dar <i>feedback</i>.</p> <p>(C) extroversão e facilidade em receber <i>feedback</i>.</p> <p>(D) inibição e restrição de comunicação do relacionamento.</p> <p>(E) tendências para administrar conflitos de forma agressiva.</p> <p>60. Muitos modelos de compreensão dos mecanismos de poder são estudados até hoje, dentre os mais difundidos em psicologia social tem-se a classificação de French e Raven (1959) que indica seis bases principais de poder: legítimo; de coerção; de referência; de conhecimento; de informação e de</p> <p>(A) visão comum.</p> <p>(B) participação.</p> <p>(C) competência.</p> <p>(D) participação por convite e confiança.</p> <p>(E) recompensa.</p>